

**1 ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA realizada no dia 16 de março de 2006.**

2 Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e seis, às 14h em primeira
3 convocação e 14:30h em segunda convocação, com qualquer número de
4 conselheiros presentes, na sala de reuniões da Secretaria de Estado do Trabalho,
5 Emprego e Promoção Social – SETP, à Rua Pedro Ivo, número 750, 5º andar, nesta
6 Capital, estiveram presentes os seguintes **conselheiros governamentais**: Thelma
7 Alves de Oliveira (Instituto de Ação Social do Paraná - IASP); Suplente José Antonio
8 Guazelli de Jesus (Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior); Suplente
9 Elyane Neme Alves (Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral); João Dario
10 de Oliveira (Secretaria da Justiça e Cidadania); Denise Arruda Colin e suplente
11 Larissa Marsolik (Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social); Suplente
12 Daniele de Fátima Taverna (Secretaria de Segurança Pública); Suplente Jacqueline
13 Alberge Ribas (Paraná Esporte). **Conselheiros da Sociedade Civil Organizada**:
14 Eliana Arantes Bueno Saucedo e suplente Irma Ribeiro da Silva Zaninelli (Projeto
15 Recriar Família e Adoção); José Geraldo Lopes de Noronha e suplente Aparecido
16 Ferreira Rolin (Serviços e Programas para a Infância Adolescência – SERPIÁ);
17 Suplente Paula Baena (Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul
18 Carneiro – Hospital Pequeno Príncipe); Jacqueline Marçal Micali (Escola Profissional
19 e Social do Menor de Londrina – EPESMEL); Eliane Machado Wenzel Luiz (APAE
20 de Guarapuava); Sebastião Ajovedi Mataroli (Associação Maringaense de Apoio e
21 Reintegração do Adolescente – AMARAS – Mundo Jovem); Creusa Aparecida
22 Sampaio Serrute e suplente Neusa Afonso Sampaio Bertola (Centro de Estudos do
23 Menor e Integração na Comunidade – CEMIC – Assis Chateaubriand); Edson
24 Antonio Galvan (Centro de Recuperação Vida Nova – CERVIN); Ires Damian
25 Scuzziato (Centro Comunitário Dorcas); Fabrizio Meller da Silva (Fundação Ísis
26 Bruder) e diversos convidados, reuniu-se o CEDCA, para deliberar sobre os
27 seguintes assuntos de pauta: 1. Abertura - 14:00; 2. Aprovação da Pauta (disponível
28 no site www.setp.pr.gov.br/conselhos/cedca); 3. Informes da Secretaria Executiva; 4.
29 Apresentação dos relatórios das Câmaras e Comissões; 5. Solenidade de posse dos
30 novos conselheiros não-governamentais – 16:00h; 6. Encerramento às 17:50h. **1.**
31 **Abertura**: Em virtude de alguns compromissos assumidos a presidente do Conselho
32 Sra. Thelma Alves de Oliveira e a vice-presidente, Ety Cristina, representada pela
33 suplente Sra. Paula Baena, não puderam estar presentes no início da reunião
34 plenária. Desta forma, em um primeiro momento, a Sra. Maria Lúcia Massuchetto,
35 secretaria executiva dos Conselhos, conduziu a reunião. A mesma iniciou a reunião
36 saudando a todos. Na seqüência submeteu a pauta para aprovação da plenária. **2.**
37 **Aprovação da pauta**: A pauta foi APROVADA da seguinte forma: 1. Abertura -
38 14:00; 2. Aprovação da Pauta (disponível no site
39 www.setp.pr.gov.br/conselhos/cedca); 3. Informes da Secretaria Executiva; 4.
40 Apresentação dos relatórios das Câmaras e Comissões; 5. Solenidade de Posse dos
41 novos conselheiros não-governamentais – 16:00h; 6. Encerramento às 17:50h. A
42 Sra. Maria Lúcia Massuchetto aproveitou a oportunidade e esclareceu que não
43 haveria aprovação da ata da plenária de 23 de fevereiro de 2006, a pedido da
44 Presidente do Conselho, Sra. Thelma Alves de Oliveira, cabendo para a próxima
45 reunião. **3. Informes da Secretaria Executiva**: Os informes foram relatados por
46 Simone Cristina de Jesus, auxiliar técnico administrativo da Secretaria Executiva dos
47 Conselhos, que mencionou: a justificativa de ausência das conselheiras Eloísa
48 Guimarães e Elizete Tonon – SESA, na reunião do dia 16 de março, por motivo de
49 viagem. Justificativa de ausência na reunião dos dias 15 e 16 de março dos

Conselho Estadual dos Direitos da Criança
e do Adolescente

50 conselheiros Ane Bárbara Voidelo e Renilson José da Silva – Instituto Dom Bosco,
51 por estarem em reunião das Obras Sociais do Brasil em Porto Alegre e dos
52 conselheiros Manfred E. Shwalb e Cleuber Mussio de Sousa – ACRIDAS, por
53 estarem participando do Encontro Nacional da Rede Nacional de Assistência Social
54 de entidades evangélicas. Em relação aos ofícios recebidos citou: ofício do CEDCA
55 de Minas Gerais, comunicando os novos membros da diretoria executiva do
56 Conselho; ofício da Universidade Estadual de Maringá, solicitando avaliação do
57 pedido de reprodução e distribuição de materiais; ofício da Secretaria Estadual da
58 Cultura solicitando a substituição da conselheira Clarete Maganhotto pela Sra.
59 Eleonora Gutierrez; ofício da Secretaria de Estado de Planejamento, solicitando
60 substituição da conselheira Heloísa Arns pela conselheira Elyane Neme Alves e
61 indicando a Sr. Joel Evaldo de Oliveira Kersten como suplente. Foram recebidos
62 também os seguintes convites: convite do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso
63 para participar da III Conferência Estadual dos Direitos do Idoso, em Paranaguá, nos
64 dias 23 e 24 de março; convite para o XXI Congresso da Associação Brasileira de
65 Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude – Direitos
66 fundamentais das crianças e dos adolescentes: avanços e desafios, de 25 a 28 de
67 maio, em Belo Horizonte. Em relação as publicações recebidas, citou o informativo
68 “Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Infância e à Adolescência
69 (2001-2005) – CONANDA; Boletim Informativo – Semana de Valorização da Pessoa
70 com Deficiência – Senador Flávio Arns; livro “Infância e Parlamento – Guia para
71 formação de Frentes Parlamentares da Criança e do Adolescente” – Senado
72 Federal; Revista Criança – MEC, 40º Edição – Setembro de 2005. Em relação aos
73 documentos expedidos, informou: os ofícios encaminhados a alguns municípios
74 comunicando sobre a decisão do CEDCA em relação aos projetos apresentados ao
75 FIA; ofício aos Escritórios Regionais da SETP, agradecendo pelo auxílio prestado
76 nas eleições não governamentais do CEDCA; ofício aos promotores presentes em
77 cada local das eleições nas regionais, referente a agradecimento pela interação no
78 processo de eleição não governamental do CEDCA. Na seqüência, com relação ao
79 convite para a III Conferência estadual dos Direitos do Idoso, a plenária decidiu que
80 a conselheira Denise seria a representante do CEDCA no evento. **4. Relato das**
81 **Câmaras e Comissões:** A primeira câmara a se pronunciar foi a **Câmara de**
82 **Políticas Básicas** (ANEXO 1), em que atuaram as conselheiras Jacqueline M. Micali
83 – EPESMEL, Irma Zaninelli – Recriar, Eliane M. W. Luiz – APAE de Guarapuava,
84 Paula Baena – Hospital Pequeno Príncipe e o conselheiro José Geraldo L. Noronha
85 – SERPIA. A conselheira Irma foi a relatora. De acordo com a conselheira, o
86 principal assunto discutido pela Câmara foi o cadastro das APMFIs nos Conselhos
87 Municipais. O conselheiro Guazelli informou que, em reuniões anteriores, já se havia
88 discutido o assunto bem como dado encaminhamento a esse. Segundo o
89 conselheiro, organizou-se uma comissão responsável em elaborar um documento
90 oficial do Conselho dando parecer sobre o caso. Tal documento havia sido
91 apresentado na reunião de fevereiro de 2006. Entretanto, a minuta de deliberação
92 não havia sido aprovada ainda, pois decidiu-se, em plenária, que esta deveria ser
93 reavaliada pelos conselheiros, podendo, desta forma, sofrer algumas alterações. O
94 conselheiro Guazelli esclareceu que o referido documento tratava-se de uma junção
95 de pareceres, entre estes o da Procuradoria Geral do Estado e o do Ministério
96 Público. A Sr. Maria Lúcia informou que havia sido entregue uma cópia do
97 documento elaborado à Câmara de Políticas Básicas. Frente a situação, a
98 conselheira Ires comentou que era de fundamental importância que o Conselho

Conselho Estadual dos Direitos da Criança
e do Adolescente

99 desse seu posicionamento sobre o assunto o mais rápido possível, pois algumas das
100 entidades que solicitaram parecer do Conselho aguardavam a quase um ano, uma
101 resposta. A conselheira Jacqueline se posicionou quanto ao assunto levantando a
102 questão de que cabe ao Conselho Municipal avaliar se as APMFI's possuem os
103 requisitos para compor o Conselho ou não. Após posicionamentos e discussões a
104 plenária decidiu que a minuta da deliberação deveria ser reavaliada. Prosseguindo
105 com o relato da Câmara, a conselheira Jacqueline informou que alguns documentos
106 que não pertenciam a Câmara mas que estavam na pasta, haviam sido repassados
107 às comissões pertinentes. A segunda comissão a se pronunciar foi a **Comissão de**
108 **Abrigos e de Garantia à Convivência Familiar e Comunitária** que reuniu-se com
109 a **Câmara de Garantia de Direitos** conforme decisão da plenária, na reunião do dia
110 15/03/06. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Eliana Saucedo –
111 RECRIAR, João Dario de Oliveira – SEJU, Daniele Taverna – SESP, José Antonio
112 Guazelli de Jesus – SETI, Edson Antonio Galvan – CERVIN. A conselheira Eliana foi
113 a relatora. Em caráter de informes, a conselheira comentou que a Comissão recebeu
114 os seguintes documentos: carta do município de Conselheiro Mairinck, informando
115 que não existe abrigo na região, contudo, já se havia encaminhado projeto ao FIA
116 solicitando recursos para construção de uma casa lar; ofício de São José dos
117 Pinhais informando que existem quatro abrigos no município; protocolo com
118 proposta de curso de capacitação para gestores de abrigos, o qual foi encaminhado
119 à Comissão Permanente de Capacitação. A conselheira informou ainda que o Sr.
120 Valtenir Lazzarini, coordenador da pesquisa de abrigos, não pode participar da
121 reunião pois estava desenvolvendo outros trabalhos em Foz do Iguaçu. Entretanto,
122 ele enviou e-mail com um projeto na área de capacitação e acolhimento institucional
123 e familiar a ser analisado pelas Câmaras e Comissões, programando para abril uma
124 primeira discussão sobre o mesmo. O conselheiro Guazelli solicitou que tal projeto
125 fosse enviado por e-mail a todos os conselheiros. A terceira Câmara a se pronunciar
126 foi a **Câmara de Garantia de Direitos** em que atuaram os conselheiros João Dario
127 de Oliveira – SEJU, Daniele Taverna – SESP, José Antonio Guazelli de Jesus –
128 SETI, Edson Antonio Galvan – CERVIN, Eliane Saucedo – RECRIAR. O conselheiro
129 João Dario foi o relator. O principal assunto discutido pela Câmara foi o custeio das
130 despesas dos adolescentes que participarão das reuniões do Conselho, onde a
131 Assessoria Jurídica da SETP, manifestou-se, em princípio, citando a necessidade de
132 respaldo legal (contemplado em Lei e aprovada pelo governador), para que a SETP
133 possa custear os menores, porém a Câmara indica que já existe um Projeto de Lei
134 encaminhado em 2005, que já contempla esta questão. A Câmara sugere o reenvio
135 do documento à AJ-SETP, com maiores informações sobre o assunto, inclusive
136 propondo o custeio pela rubrica “comunidade”. Detalhes sobre o processo bem como
137 as considerações feitas pela Câmara e aprovadas pelo Conselho poderão ser
138 visualizadas conforme ANEXO 2. A terceira Câmara a se pronunciar foi a **Câmara**
139 **do FIA**, em que atuaram os seguintes conselheiros: Thelma Alves de Oliveira –
140 IASP, Paula Baena – Hospital Pequeno Príncipe, Jacqueline Alberge Ribas – Paraná
141 Esporte, José Geraldo Noronha – SERPIÁ, Fabrício Meller da Silva – Fundação Isís
142 Bruder, Neusa Afonso Sampaio Bertola – CEMIC, Creusa Aparecida Sampaio
143 Serrute – CEMIC, João Dario de Oliveira – SEJU, Sebastião Ajovedi Mataroli –
144 AMARAS, Elyane Neme Alves – SEPLAN, Sr. Carlos Augusto de Jesus e Sra.
145 Adelaide Fortes – Apoio Câmara do FIA/IASP. Um dos processos analisados pela
146 Câmara é o que refere-se a irregularidades no uso de carro adquirido com recursos
147 do FIA, de interesse do CMDCA de Guaratuba. Diante do que foi exposto, a

Conselho Estadual dos Direitos da Criança
e do Adolescente

148 conselheira Ires comentou que muitos municípios não aceitam o fato de que os
149 materiais comprados com recursos do FIA devem ser utilizados apenas para fins
150 ligados às crianças e aos adolescentes e acabam usando tais equipamentos em
151 outras áreas. Após considerações e sugestões, o Conselho decidiu pela aprovação
152 do parecer da Câmara que é o de reiterar a informação sobre o uso do veículo para
153 atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, e
154 acatar a justificativa do prefeito com relação ao mau uso, além de encaminhar o
155 caso à Comissão de Legislação pra que essa possa esboçar uma resposta para
156 casos futuros. Os outros processos discutidos pela Câmara bem como os
157 encaminhamentos aprovados pela plenária poderão ser visualizados conforme
158 ANEXO 3. A quarta Câmara a se pronunciar foi a **Câmara de Orçamento**, em que
159 atuaram os conselheiros Fabrízio Meller da Silva – Fundação Isis Bruder, Sebastião
160 Ajovedi Mataroli – AMARAS, Creusa Aparecida Sampaio Serrute – CEMIC, Neusa
161 Afonso Sampaio Bertola – CEMIC e Aparecido Ferrari Rolin – SERPIÁ. O
162 conselheiro Fabrízio foi o relator. De acordo com o conselheiro a principal tarefa da
163 Câmara foi a de organizar seu plano de trabalho para 2006. Uma das solicitações
164 feitas foi a de que as reuniões da Câmara sejam acompanhadas por técnicos
165 financeiros do IASP, SETP e por um conselheiro governamental que tenha
166 experiência em orçamento. Os conselheiros solicitaram ainda que se coloque na
167 pasta uma cópia do balancete sobre o orçamento previsto para 2006 e o realizado
168 até momento para uma análise mais aprofundada. Outra pedido dos membros da
169 Câmara foi o de que uma semana antes das reuniões seja enviada uma lista com os
170 principais tópicos a serem discutidos na Reunião de Câmara. Detalhes sobre o relato
171 da Câmara poderão ser visualizados conforme ANEXO 4. A última comissão a se
172 apresentar foi a **Comissão de Capacitação e Sub-comissão de Organização do**
173 **Encontro Estadual de Adolescentes e Congresso**, em que atuaram os
174 conselheiros Ires Damian Scuzziato – Dorcas, José Antonio Guazelli de Jesus –
175 SETI, Eliane M. W. Luiz – APAE de Guarapuava, Irma Ribeiro S. Zanenilli – Recriar,
176 Eliana Saucedo – Recriar, Larissa Marsolik – SETP, Jacqueline M. Micali e
177 convidados: Jussara da Silva Gouveia – Conselho Tutelar, Giovan da Silva –
178 Conselho Tutelar e Jacqueline Maria Dranka – IASP. A conselheira Ires foi a
179 relatora. A mesma questionou a situação do curso de capacitação na área de
180 violência que aconteceria nas regionais de Cascavel, Foz do Iguaçu e Guarapuava.
181 A presidente Thelma informou que os Escritórios Regionais da SETP e o IASP
182 fariam uma reunião com as respectivas prefeituras para discutir tal projeto, pois o
183 mesmo deveria, além de abranger a capacitação, reforçar a rede de atendimento. A
184 conselheira Denise comentou ainda que o referido projeto foi encaminhado à
185 Comissão de Enfrentamento à Violência, que estava tomando as providências
186 cabíveis. Em relação ao programa de capacitação permanente, o conselheiro
187 Guazelli informou que no dia 17 de março haveria uma reunião em Ponta Grossa
188 com a Sr. Cleide Lavoratti, ex-coordenadora do Programa de Capacitação, IASP, e
189 as Universidades, para discutir os detalhes sobre o repasse do recurso. Sobre a
190 liberação de computadores para Conselhos Tutelares, prevista na deliberação
191 002/05, a comissão questionou se não existiria um modo de repassar tais
192 equipamentos para os respectivos Conselhos. A presidente esclareceu que qualquer
193 alternativa só seria possível se fosse autorizada pelo governador. Outros assuntos
194 discutidos pela Comissão poderão ser visualizados conforme ANEXO 5. Por fim, o
195 CEDCA, discutiu assuntos diversos. Primeiramente, a conselheira Eliana reforçou o
196 pedido da Câmara de Orçamento para que fosse enviado a todos, os endereços



Conselho Estadual dos Direitos da Criança
e do Adolescente

197 eletrônicos dos conselheiros. Na seqüência, a presidente Thelma informou que na
198 plenária de abril seria escolhido o novo presidente do Conselho e que, para este
199 caso, seria da ala não-governamental, juntamente com um vice-presidente
200 governamental. Com relação ao complemento para o calendário de reuniões de
201 2006, referente ao mês de novembro, decidiu-se que a reunião ordinária fica
202 agendada para os dias 22 e 23. Quanto à reunião extraordinária para análise de
203 projetos do FIA, deverá acontecer nos dias 30 e 31 de março. **5. Encerramento:** Na
204 seqüência, a presidente Thelma convidou a todos para participar de uma
205 confraternização, com a presença de diversos convidados e autoridades, para
206 celebrar a chegada dos novos conselheiros não-governamentais. A presente ata foi
207 digitada por Simone Cristina de Jesus, auxiliar da Secretaria Executiva dos
208 Conselhos e lavrada por mim, Maria Lúcia Massuchetto, Secretária Geral dos
209 Conselhos. Depois de lida e aprovada, terá anexada a cópia da lista assinada pelos
210 conselheiros presentes nesta reunião.

211

212



ANEXOS

ANEXO 1

Câmara de Políticas Básicas e Comissão de Abrigos – 16/03/2006

Presentes: Jacqueline M. Micali (EPESMEL), Irma Zaninelli (Recrilar), Eliane M. W. Luiz (APAE), Paula Baena (Hospital Pequeno Príncipe), José Geraldo L. Noronha (SERPIÁ)

- Sobre as APMFs, ainda esta para nova discussão da plenária, quanto aos registros destas entidades nos CMDCA's. Referente ao pedido sobre a previsão orçamentária para 2006 das Sec. de Estado envolvidas no desenvolvimento das ações contempladas no Plano Estadual de Enfrentamento a Violência Contra Criança e Adolescente. Os ofícios já foram entregues para as Secretarias envolvidas bem como repassados para o solicitante.
- Referente a toda documentação da análise dos abrigos, foi encaminhado para comissão que discute esse assunto.

DECISÃO DO CEDCA: RELATÓRIO APROVADO

ANEXO 2

**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE –
CEDCA**

CÂMARA SETORIAL PERMANENTE DE GARANTIAS DE DIREITOS

Relatório de Trabalho

Participantes:

Edson Antonio Galvan (CERVIN), Daniele Taverna (SESP), José A. Guazelli de Jesus (SETI), Eliana Arantes Bueno Salcedo (RECRILAR), João Dario de Oliveira (SEJU)

Assuntos tratados:

1. Ficou definido como Coordenador da Câmara o Conselheiro Edson Antonio Galvan (CERVIN), e como Relator o Conselheiro João Dario de Oliveira (SEJU).



Conselho Estadual dos Direitos da Criança
e do Adolescente

2. Os processos 8.824.186-0, 8.688.653-7, 8.824.043-0; 8.688.854-8, 8.688.913-7; 8.688.866-1; 8.586.483-1 e 8.585.985-4 aguardam respostas das diligências efetuadas pela Secretaria Executiva, atendendo decisões da plenária do CEDCA.

3. Análise do Processo: 8.824.004-9

Requerente: Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social.

Assunto: Gastos com Adolescentes para participar das Reuniões e Trabalhos do CEDCA.

Da Solicitação:

- a) O CEDCA solicita ao Diretor Geral da SETP a inclusão de representantes (Titular e Suplente) no processo de Custeio de Despesas pelo Órgão Gestor a participação de representantes de adolescentes com direito a voz nas reuniões do CEDCA.
- b) A AJ/SETP solicita que o CEDCA elabore projeto de lei que preveja os gastos com passagens, estadias e refeições aos adolescentes que participarão das reuniões do CEDCA residentes em cidades distantes da Capital. Solicita ainda que seja incluída cláusula de restrição que estes sejam de idade igual ou superior a 16 anos, bem como possa ser exigido assinatura de termo de responsabilidade pelo responsável pelo adolescente.
- c) A Secretaria Executiva do CEDCA encaminha o assunto para a análise desta Câmara.

Proposta da Câmara: Em decorrência dos fatos acima, a Câmara:

Considerando o disposto na Deliberação nº 018/2005, 22.12.2005, que garante a representação de 2 (dois) adolescentes nas Reuniões do CEDCA;

Considerando o disposto no Projeto de Lei (Minuta de Lei) que trata das alterações/modificações do CEDCA que dispõe:

“Art. 2º - O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto por 30 (trinta) membros efetivos e igual número de suplentes com representação paritária entre órgãos públicos e entidades da sociedade civil organizada legalmente constituídas, em funcionamento há pelo menos 01 ano, que comprovem o desenvolvimento de ações de promoção e/ou defesa de direitos de crianças e adolescentes e entidades representativas de adolescentes no Estado do Paraná.”

Parágrafo Único – compreende-se como entidades representativas de adolescentes, aquelas organizadas e dirigidas por adolescentes. (Grifo nosso)



**Conselho Estadual dos Direitos da Criança
e do Adolescente**

Considerando o comprometimento da SETP, conforme demonstrado no Jornal Paraná Cidadão em data de 07 de outubro de 2005, em pronunciamento do Excelentíssimo Sr. Secretário “Adolescentes tem direito a voz – também integrarão os Conselhos Estaduais e Municipais ...”

Esta Câmara entende que:

As despesas solicitadas deverão ser arcadas pela SETP na forma de pagamento como comunidade até a aprovação do Projeto de Lei de autoria do CEDCA, ora em trâmite junto a Casa Civil.

Decisão do CEDCA: Encaminhar para análise da AJ, considerando sugestões da câmara e as previsões do ECA, em especial quanto a hospedagem de adolescentes

Curitiba, 16 de março de 2006.

ANEXO 3

MEMÓRIA DE REUNIÃO 16/03/06 CONSELHO DELIBERATIVO CÂMARA FIA

Participantes :

Thelma Alves do Oliveira, Paula Baena, Jacqueline Alberge Ribas, José Geraldo Lopes de Noronha, Carlos Augusto Jesus – Apoio à Câmara FIA/IASP, Adelaide Fortes – Apoio à Câmara FIA/IASP, Fabrízio Meller da Silva, Neusa Afonso Sampaio Bertola, Creusa Aparecida Sampaio Serrute, João Dario de Oliveira, Sebastião Ajovedi Mataroli, Elyane N. Alves.

PROCESSOS ANÁLISADOS PELA CÂMARA DO FIA

1. Processo n.º 8.820.678 - 9

Interessado: IASP (Diretoria Administrativa)

Assunto: A Ação de Inserção do Adolescente na Condição de Aprendiz foi instituída pelo Decreto n.º 3492/2004. O CEDCA, pela Deliberação 011/2004, destinou recursos do FIA para as despesas relativas aos adolescentes. Porém, a Iniciação Profissional – Aprendizagem (salário aprendiz) e vale transporte dos mesmos serão pagas com recursos do Tesouro, a Diretoria Administrativa do IASP propõe que o FIA efetue os pagamentos de:



**Conselho Estadual dos Direitos da Criança
e do Adolescente**

- **Serviços de Terceiros** – Pessoa Jurídica para o Curso de Aprendizagem;
- **45 Estagiários** – Bolsa Auxílio para estudantes de Psicologia e Serviço Social; e vale transporte para estagiários;
- **15 Coordenadores Municipais** – equipe de acompanhamento e supervisão.

Parecer da Câmara: Favorável

Parecer do CEDCA: **APROVADO**

2. Processo n.º 8.343.155 – 5

Interessado: Prefeitura de Campo Magro

Assunto: Encaminha novo projeto referente à Deliberação 003/05 conforme solicitação do CEDCA.

Parecer da Câmara: Favorável

Obs.: Verificar disponibilidade orçamentária. Pagamento com recursos de 2006

Parecer do CEDCA: **APROVADO**

3. Processo n.º 8.283.008 - 8

Interessado: Prefeitura de Guaramiranga

Assunto: Encaminha novo projeto referente à Deliberação 003/05 conforme solicitação do CEDCA.

Parecer da Câmara : Favorável

Obs.: Verificar disponibilidade orçamentária. Pagamento com recursos de 2006

Parecer do CEDCA: **APROVADO**

4. Processo n.º 8.331.333 - 1

Interessado: Prefeitura Municipal de Cruzmaltina

Assunto: Encaminha ajustes no projeto conforme solicitação do CEDCA, referente à Deliberação 003/05 e declaração de contratação de



Parecer da Câmara: Favorável

Parecer do CEDCA: APROVADO

5. Processo n.º 8.536.450 - 2

Interessado: Prefeitura Municipal de Itambé

Assunto: Encaminha ajustes no projeto conforme solicitação do CEDCA, referente à Deliberação 003/05 e declaração de contratação de profissionais conforme normativa n.º 1 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Resolução 6340 de agosto de 2005

Parecer da Câmara: Favorável

Parecer do CEDCA: APROVADO

6. Processo n.º 8.586.105 - 0

Interessado: Fundação de Bem Estar do Menor de Guarapuava

Assunto: Encaminha esclarecimentos conforme solicitação do CEDCA, referente ao contrato de comodato entre a entidade e a Prefeitura, recurso do FIA/2002.

Parecer da Câmara: Encaminhado para análise jurídica

Parecer do CEDCA: APROVADO

7. Processos n.º s 8.823.463 – 4 e 8.823.466 – 9

Interessado: Instituto Lixo e Cidadania

Assunto: Solicita inclusão no Banco de Projetos:
Projeto Jovem Solidário – Transformado Lixo em Renda
Projeto Cata-vento

Parecer da Câmara: Projeto Jovem Solidário – Transformado Lixo em Renda – solicita ajuste quanto à abrangência do projeto
Projeto Cata-vento – Aprovado com ressalvas e solicita apresentação do Plano de Aplicação detalhado

Parecer do CEDCA: Aprovado encaminhamento da câmara.



8. Processo n.º 8.282.898 – 2

Interessado: APMI de Francisco Beltrão

Assunto: Pede para fazer a devolução de R\$ 15.791,48 recebidos mediante convênio 709/04, para realizar obra de ampliação. Os recursos para compra de equipamentos, material de consumo e serviços de terceiros estão sendo normalmente aplicados.
Valor Total do Convênio R\$ 52.638,27

Parecer da Câmara: Favorável à devolução do recurso

Parecer do CEDCA: **Aprovado parecer da câmara**

9. Processo n.º 8.654.157–2 e 8.103.394–3

Interessado: CMDCA de Guaratuba

Assunto: Irregularidade no uso de carro adquirido com recursos do FIA.
Anexado relatório solicitado pelo CEDCA ao Escritório Regional e ofício do Prefeito

Parecer da Câmara: Reitera o uso do veículo para atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e acata a justificativa do Prefeito.

Parecer do CEDCA: **APROVADO**

*** Enviar a Comissão de Legislação para elaboração de minuta de encaminhamento.**



ANEXO 4

RELATÓRIO CÂMARA DE ORÇAMENTO

MEMBROS DA CÂMARA DE ORÇAMENTO:

FABRIZIO MELLER DA SILVA, SEBASTIÃO AJOVEDI MATAROLI, CREUSA APARECIDA SAMPAIO SERRUTE, NEUSA AFONSO SAMPAIO BERTOLA, APARECIDO FERRARI ROLIN

RELATÓRIO

Esta Câmara entende que para melhor andamento dos trabalhos faz se necessário alguns documentos e esclarecimento por parte dos técnicos ou conselheiros governamentais.

- Relatório de Orçamento completo, com as rubricas de 2006 para analise.
- Datas previstas durante o ano de 2006, referente a elaboração do orçamento de 2007 e a execução de 2006.
- Colocar na pasta para próxima balancete sobre o orçamento previsto para 2006 e o realizado e o realizado efetivamente até o momento, desenvolver essa rotina sobre os principais temas e ações.
- Precisamos dos documentos legais para fundamentação e elaboração do orçamento: As leis que direcionam o orçamento e suas porcentagens.
- Solicitamos a participação dos coordenadores da área financeira do SETP e do IASP para auxiliar e nos orientar na analise da elaboração e execução financeira do orçamento.
- Orientações de como Ter acesso as principais fontes de informações (sites, instituições e organizações).
- Enviar para todos os conselheiros atualização de todos os membros do CEDCA, com e-mail para facilitar a comunicação entre os membros.

AÇÕES E TRABALHOS A SEREM PROCESSADOS PELA CÂMARA ABRIL 2006

- Leitura do ofício n.º 320/2005 CEDCA,
- Visitar site: WWW.INESC.ORG.BR mês de março
- Aprofundar o conhecimento sobre orçamento criança (Diretora (o) IASP e SEPL)
- Analise da documentações e informações conforme relação acima.
- Conforme entendimento dessa câmara se possível uma semana antes das reuniões da câmara de orçamento enviar por e-mail, ao membros informações sobre os assuntos a serem discutidos e deliberados previstos para reunião.

DECISÃO DO CEDCA: RELATÓRIO APROVADO



ANEXO 5

COMISSÃO DE CAPACITAÇÃO PERMANENTE E SUB-COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO ESTADUAL DE ADOLESCENTES E CONGRESSO DE CONSELHEIROS TUTELARES

1. SUB-COMISSÃO ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO ESTADUAL DE ADOLESCENTES E CONGRESSO DE CONSELHEIROS TUTELARES

Nova data para os eventos:

- a) adolescentes: 23 à 26 de junho de 2006; (final de semana)
- b) conselheiros tutelares: 07 à 10 de julho de 2006; (final de semana)

Parceria com a SEED e SETP;

Representantes para sub - comissão:

CEDCA (não governamental): Creusa e Eliane

SETP (apoio técnico): Rosana Rodrigues (CDI)

IASP: Larissa Marsolik

Conselhos Tutelares: Raquel Fragoso e Jussara

Encaminhamento: na plenária verificar a possibilidade de à cada reunião do CEDCA convocar esta sub-comissão um dia antes para reunião e grupo de trabalho.

2. DELIBERAÇÃO 02/2005

Com relação à deliberação 02/2005, a Comissão de Capacitação solicita a liberação dos computadores para os Conselhos Tutelares viabilizando o Processo de Capacitação dos Conselheiros Tutelares e de efetiva implantação e operacionalização do SIPIA.

3. PROJETO DO CURSO DE MEDIAÇÃO SISTÊMICO-INTEGRATIVO PARA CONSELHEIROS TUTELARES

Após análise do projeto a comissão de capacitação indica seu indeferimento, uma vez que a proposta não contempla as critérios para utilização dos recursos do FIA, além de haver previsão para capacitação dos Conselheiros Tutelares no Programa de Capacitação Permanente.

4. PROCESSO No 8823844/3

Referente à solicitação de recursos pela Prefeitura de Foz do Iguaçu para Programa de Combate à Violência contra criança e adolescentes.

Encaminhamento: enviar o processo para a Comissão Interinstitucional de Combate à Violência.

DECISÃO DO CEDCA: RELATÓRIO APROVADO



ANEXO 6

Memória de reunião do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - 15/03/06

No dia 15 de março de 2006, às 9 horas reuniu-se o CEDCA para discutir sobre os seguintes assuntos: 1- Abertura; 2- Aprovação da Pauta; 3- Posse dos novos conselheiros não-governamentais do CEDCA; 4- Apresentação dos relatórios de balanço das ações do CEDCA/2005 e perspectivas e prioridades para 2006; 5- Composição das Câmaras e Comissões do CEDCA; 6- Encerramento.

- 1- **Abertura:** A presidente Thelma saudou a todos e na seqüência submeteu a pauta para aprovação da plenária.
- 2- **Aprovação da Pauta:** A pauta foi aprovada da seguinte forma: 1- Abertura; 2- Aprovação da Pauta; 3- Posse dos novos conselheiros não-governamentais do CEDCA; 4- Apresentação dos relatórios de balanço das ações do CEDCA/2005 e perspectivas e prioridades para 2006; 5- Apresentação das Câmaras e Comissões, 6- Análise do balanço do CEDCA/2005; 7- Composição das Câmaras e Comissões do CEDCA; 8- Encerramento. A presidente informou que no dia 16 de março ocorreria reunião das Câmaras e Comissões no período da manhã e a tarde aconteceria a reunião ordinária do Conselho, na qual haveria uma celebração de posse.
- 3- **Posse dos novos conselheiros não-governamentais do CEDCA:** A presidente Thelma agradeceu a presença dos novos conselheiros e convidados. Na seqüência a presidente cedeu espaço para que cada conselheiro, tanto governamental quanto não-governamental, pudesse se apresentar, falar sobre sua entidade ou órgão e compartilhar suas expectativas e aspirações no Conselho. A vice-presidente em exercício, Sr. Paula Baena também dirigiu algumas palavras os novos conselheiros. Prosseguindo com a posse, a presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil, Doutora Márcia Caldas, fez seu pronunciamento de boas vindas aos conselheiros não-governamentais. A conselheira Ires, como representante do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente, pronunciou-se dando enfoque a descentralização das eleições do CEDCA, considerada um avanço. O conselheiro Edson aproveitou a oportunidade e agradeceu a atual vice-presidente Ety Cristina e a presidente Thelma Alves de Oliveira pelo trabalho desenvolvido como presidentes do Conselho durante a gestão 2003/2005. Por fim, a Secretária Executiva dos Conselhos, Sra. Maria Lúcia Massuchetto, apresentou-se a plenária.
- 4- **Apresentação dos relatórios de balanço das ações do CEDCA/2005 e perspectivas e prioridades para 2006:** Feitas as apresentações e comentários, o Conselho passou a leitura do documento de Balanço do CEDCA 2005, o qual havia sido entregue aos conselheiros juntamente com a pauta da reunião.



Conselho Estadual dos Direitos da Criança
e do Adolescente

Decidiu-se que o referido documento seria discutido no período da tarde, para possibilitar uma melhor análise.

- 5- Apresentação das Câmaras e Comissões:** A presidente Thelma fez um breve relato sobre quais são e qual é a função de cada Câmara e Comissão no Conselho. Frente a explanação, questionou-se o horário de encontro das Câmaras e Comissões pois em muitos casos coincidiam os horários das reuniões e os conselheiros não podiam participar de todas as discussões. Diante disso, a presidente esclareceu que tal fato ocorria porque muitas vezes o conselheiro fazia parte de mais de duas câmaras além do número de Comissões existentes. Desta forma, decidiu-se limitar a participação dos conselheiros em até duas câmaras e caso houvesse interesse em mais câmaras o suplente poderia participar (se este arcasse com suas despesas, caso fosse do interior). A conselheira Denise sugeriu ainda que as comissões tivessem o apoio dos técnicos da SETP e IASP, visto que uma comissão tem assunto ou evento certo a ser discutido o que limita sua duração. Na seqüência, o Conselho fez a leitura dos artigos do regimento interno que tratam da função de cada Câmara. Assim encerrou-se a reunião do CEDCA no período da manhã.
- 6- Análise do Balanço do CEDCA 2005:** No período da tarde, o CEDCA analisou o documento de balanço de 2005. Em relação ao item que diz estimular a presença do Ministério Público, a presidente esclareceu que fazia-se necessário uma visita a este órgão pois os promotores que atuavam no Centro de Apoio às Promotorias nos Direitos da Criança e do Adolescente, haviam sido transferidos. Desta forma, era necessário um novo contato para conhecer os novos promotores além de convidá-los para a reunião. Assim, a presidente faria uma visita ao Ministério Público, no dia 16 de março às 14 horas. O conselheiro Fabrício sugeriu que se fizesse um planejamento estratégico dos eventos dos conselhos para um melhor aproveitamento dos conselheiros. Sobre a presença dos conselheiros na reunião, questionada no balanço, o conselheiro Edson sugeriu que fosse lido os artigos do regimento para que ficasse claro as regras com relação a presença nas reuniões. Por fim a presidente informou que a Sra. Adelaide ficaria responsável por corrigir o documento de balanço 2005 e publicar na Internet as duas primeiras páginas. Na seqüência, a Sra. Maria Lúcia Massuchetto esclareceu alguns pontos com relação as funções e ao funcionamento da Secretaria Executiva e logística dos conselhos.
- 7- Composição das Câmaras e Comissões:** Cada conselheiro escolheu a Câmara e/ou Comissão de sua preferência, limitando a participação dos conselheiros em duas Câmaras/Comissão. Definiu-se também os horários de reunião das Câmaras. A composição final das Câmaras e Comissões poderá ser visualizada conforme ANEXO 1.
- 8- Encerramento:** A presidente Thelma encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.